

Entrevista com Luís Reis Torgal

Francisco Régis Lopes Ramos*

Luís Reis Torgal é professor catedrático aposentado de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo pertencido ao Instituto de História e Teoria das Ideias. É investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), de cuja fundação participou. Foi diretor da Revista de História das Ideias e da revista Estudos do Século XX. Lecionou disciplinas de História Moderna e Contemporânea e de Teoria da História na Universidade de Coimbra, além de ter ensinado em outras instituições portuguesas e estrangeiras. Dedicou-se, como investigador, a temas como a universidade e o Estado Novo português. Entre os estudos sobre este tema, podem-se citar História e Ideologia (1989), A Universidade e o Estado Novo (1999), além de ser coordenador e co-autor de O Cinema sob o olhar de Salazar (2000). Seu mais recente livro intitula-se Estados novos, Estado novo (2009), obra de fôlego composta em dois volumes. Esta entrevista foi concedida quando Torgal esteve no Brasil em maio de 2009, período em que atuou como professor visitante do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), com apoio da FUNCAP e do CNPQ.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Diretor do Núcleo de Documentação Cultural da UFC (NUDOC).

Régis Lopes: Professor Luís Reis Torgal, para começar a entrevista, uma pergunta sobre a sua infância. O que o senhor recorda sobre ensino de História para as crianças?

Luís Reis Torgal: O ensino da história na minha infância – eu frequentei a escola primária entre 1948 e 1952, em pleno período do Estado Novo de Salazar, numa aldeia suburbana de Coimbra – era um ensino marcadamente ideológico. Eu recordo, sobretudo, algumas imagens... Por exemplo, o que se dizia quando se estudava a questão liberal e a questão absolutista. A idéia que nos aparecia sempre era que D. Pedro, liberal, era o “rei mau”, e D. Miguel, absolutista, era o “rei bom”, o que estava de acordo com o autoritarismo e o antiliberalismo vigente. D. Pedro, que é o vosso Imperador Pedro I, era o nosso D. Pedro IV. Isto é apenas um caso e só o identifico pelo fato de, indiretamente, dizer respeito ao Brasil. Mas, para além dos manuais, havia “histórias contadas às crianças”. A mais conhecida e divulgada (era prenda de aniversário “obrigatória” para os meninos da classe média) foi publicada pouco depois de eu nascer, em 1943, e, curiosamente, foi sendo publicada até depois do 25 de abril de 1974, embora adaptada às novas “legitimidades históricas”. Chamava-se *Historiazinha de Portugal*, sendo o autor Adolfo Simões Müller, um profissional da comunicação. Havia uma outra, menos conhecida e menos popularizada, apesar de o seu título ser bem sugestivo, *História de Portugal para meninos preguiçosos*, de Olavo d’Eça Leal (escritor e também profissional da comunicação), também de 1943. A ideia que aparecia na *Historiazinha* era, naturalmente, a da “história gloriosa de Portugal”, sobretudo daqueles períodos fundamentais como o da Fundação da Nacionalidade e dos Descobrimentos... depois a libertação do jugo espanhol, em 1640 (a “Restauração”). E, naturalmente, havia sempre aquela idéia, já referida, de que o liberalismo não era uma doutrina que devesse merecer a atenção das crianças, assim como a República demoliberal, iniciada em 1910, que apenas provocara a instabilidade política e social.

RL: E isso despertava o interesse das crianças, obviamente?

LRT: Sim.

RL: No seu caso?

LRT: Sem dúvida nenhuma. Aliás, é curioso que, de uma maneira geral, as crianças gostavam de História e gostavam de estudar História. Era, de resto, na escola primária, uma área de ensino obrigatório. Era “obrigatório” na 4ª série – para empregar a vossa expressão, pois nós cha-

mávamos-lhe naquela altura “4ª classe” (hoje seria 4º ano). Os professores faziam questão de ensinar o melhor possível a História, para inocular a idéia de uma “consciência nacional” ou “nacionalista”. Partia-se da concepção de que a história consistia em apresentar e divulgar os “Heróis da Nação”. O nacionalismo era, pois, uma idéia forte no ensino da História.

RL: E a sua opção pelo estudo da História, no curso superior, como se deu? O seu primeiro curso foi o de História?

LRT: Numa primeira fase, foi. Aliás, já agora, deixe-me regressar à minha infância. Uma das primeiras imagens que eu tenho foi a de um cortejo histórico em Lisboa, quando eu tinha cinco anos.

RL: Cortejo?

LRT: “Cortejo histórico”, que era muito vulgar na época do Estado Novo, assim como do Nazismo e do Fascismo. Nessa altura “representava-se” muito a história, para que ela ficasse viva na memória dos mais novos e também dos mais velhos. Havia cortejos históricos, exposições, visitas aos castelos onde se evocava a sua história etc.

RL: Havia uma data específica para cada cortejo?

LRT: Sim. Por exemplo, em 1940 foi o “cortejo histórico” que celebrava a Fundação da Nacionalidade (1140, data um pouco artificial) e a Restauração da Independência (1640). Mais tarde, já adulto, quando me recordei do “cortejo histórico” a que assisti, em Lisboa (fora a primeira vez que visitara a capital e estas situações nunca esquecem), interrogava-me sobre que cortejo seria aquele. Eu nasci em 1942 e por isso não poderia ser o das comemorações de 1940. Na minha biblioteca, que fui criando, sobre a época salazarista, desde que comecei a estudar o Estado Novo, percebi, então, através de um livro, que se tratava do centenário comemorativo da “Reconquista de Lisboa aos Mouros”, que se deu exatamente em 1947. Tinha eu cinco anos. Recordo muito o episódio desse cortejo, porque ele constituiu a minha primeira imagem e é afinal uma imagem de história, mesmo que se diga que ela fazia parte da propaganda do “fascismo à portuguesa”. Claro, essa imagem forte também tem a ver, como disse, com a primeira viagem que fiz a Lisboa e com todas as suas peripécias: a viagem no velho automóvel do meu avô, um Ford que faria hoje a inveja de um colecionador, o fato de estar na Avenida da Liberdade “às cavalitas” (como nós dizemos) do meu irmão mais velho ou do meu primo, para conseguir ver o cortejo...

RL: Seu desejo de estudar história vem dessa época da infância?

LRT: Porém, a minha opção pela História aparece no nosso “5º ano do liceu”. Ou seja, na vossa linguagem, a 9ª série ou, na nossa classificação atual, o 9º ano do ensino básico. Havia quatro anos de escola primária, depois cinco anos de ensino geral dos liceus (com um 1º ciclo de dois anos e um 2º de três) e depois havia dois anos de ensino complementar. E era a partir do 6º ano do Liceu (10º ano e 1º do atual ensino secundário) que se fazia a opção, seguindo os cursos de “Letras” ou os cursos de “Ciências”. E, se em Ciências havia, digamos, quase só uma opção, que dava acesso a vários cursos universitários, como Medicina, Engenharias, Biologia, Matemática, Ciências Físico-Químicas etc., na chamada “secção de Letras” o ensino era já canalizado para um determinado curso superior. Assim, havia, como se dizia, uma “alínea” especial para quem queria seguir Direito, uma outra “alínea” para quem seguia História e Filosofia (onde aprendíamos, entre outras disciplinas, Latim e Grego), outras para quem seguia Filologia Românica, Filologia Germânica ou Filologia Clássica. Foi então que eu optei pela alínea *d*, própria para quem queria seguir História ou Filosofia.

História e Filosofia, ou, melhor, “Ciências Históricas e Filosóficas” (na terminologia da época) era um curso que existia no ensino superior, nas Faculdades de Letras (que têm, à maneira francesa, um sentido mais genérico do que no Brasil). Até 1930, existia o curso de “Ciências Históricas e Geográficas”. Com a reforma que se verificou nessa data, passou a haver um curso de “Geografia” (autônomo) e um curso de “Ciências Históricas e Filosóficas”. Esse não foi o meu curso porque, entretanto, houve a reforma de 1957, passando a haver um curso de Filosofia e outro curso de História. E eu entro na universidade em 1960, em Coimbra. Antes de escolher, tive dúvidas se havia de seguir Filosofia ou História. Mas, como tive um grande professor de História, achei que tinha nessa área uma melhor preparação. Seja como for, o meu gosto também pela Filosofia levou-me a frequentar disciplinas opcionais desta licenciatura e, talvez por isso, quando tirei a graduação e comecei a investigar, optei pela “História das Idéias”, que estava mais próxima da Filosofia.

RL: Qual era o quadro geral do que se estudava? Existiam disciplinas que poderíamos chamar de conteúdos, separadas das disciplinas teóricas?

LRT: Havia no curso superior disciplinas teóricas, efetivamente. Existia uma disciplina de Introdução à Filosofia e outra de Teoria da História e havia – para além de disciplinas gerais, de Pré-História, História da

Antiguidade, Idade Média, História Moderna e Contemporânea, História de Portugal etc. – cadeiras também de conteúdo histórico, mas mais viradas para uma reflexão teórica. Refiro-me às disciplinas de “História da Cultura”.

RL: Dentro da teoria da história, quais eram as influências estrangeiras?

LRT: Fundamentalmente havia influências francesas, não se desconhecendo de todo a Escola dos *Annales*. Aliás, o meu professor de Teoria da História, Sílvio Lima, tinha sido demitido por Salazar em 1935, mas havia regressado ao ensino universitário em 1941 ou 1942. Eu recordo-o muito porque era uma figura notável de professor, um homem sofrido e que, acima de tudo, refletia sobre a história em termos teóricos. E curiosamente não deixava, nesses tempos do Estado Novo, em que havia um anticomunismo feroz, de se referir à teoria marxista. Utilizava para isso um livro, *O Processo Histórico*, de Juan Clemente Zamora, um professor cubano, mas evidentemente do tempo anterior à revolução castrista, que foi traduzido para o português nos anos 40 e que teve outras edições, inclusivamente no Brasil. Por conseguinte, o professor, de forma indireta, referia-se ao marxismo, através dessa obra.

RL: E oficialmente, no currículo, havia o marxismo?

LRT: Não havia, de modo nenhum. Digamos que era implicitamente proibido. Não se pode dizer que havia qualquer legislação que proibisse o ensino do marxismo, dado que a autonomia científica ou pedagógica na universidade era grande. A escolha das matérias e da bibliografia era de inteira responsabilidade do professor. Todavia, havia uma espécie de autocensura e, além disso, a grande maioria dos professores era da confiança do regime. Se o nosso professor de Teoria da História, apesar de ser um defensor de uma lógica racionalista mas idealista, se referia de forma indireta ao marxismo, o nosso professor de Introdução à Filosofia – um grande professor, no sentido pedagógico-didático e mesmo filosófico, mas um homem muito ligado ao Estado Novo – não se referia a essa filosofia da história, dando as matérias numa linha então muito em voga, a fenomenologia, referenciando sobretudo Edmund Husserl.

RL: Esse curso era, portanto, uma licenciatura?

LRT: Era uma licenciatura e, sobretudo, nós aprendíamos a história, nas cadeiras gerais de História da Idade Média – o professor estava bem atualizado metodologicamente, mas era também um “homem de regime” – ou de História Moderna e Contemporânea, muito em termos narrativistas e “acontecimentais”, quase “anedóticos”. E devo lembrar

que, apesar de haver uma disciplina de História Moderna e Contemporânea, a história contemporânea era praticamente esquecida. Ressalvo, no entanto, o significado que tinham para nós as disciplinas de História da Cultura, sobretudo a História da Cultura Clássica – a nossa professora, felizmente ainda viva, era e é uma das classicistas mais eminentes, a professora Maria Helena Rocha Pereira – e a História da Cultura Moderna (não havia neste caso uma História da Cultura Moderna e Contemporânea), lecionada por aquele que foi depois o meu mestre, professor Silva Dias.

RL: Não havia uma história do século XX?

LRT: Não se ensinava Salazar e o Estado Novo, nem isso poderia suceder. Aparecia nos manuais escolares da “escola primária” e dos “liceus”, em termos de propaganda, como uma espécie de personalidade e época redentoras, mas evitava-se em qualquer ciclo de ensino falar de história contemporânea. O que havia sim era uma educação moral e cívica – especialmente no “liceu” – integrada no Estado Novo, sobretudo através da organização nacionalista e pré-militar Mocidade Portuguesa, uma espécie de *Opera Nazionale Balilla*. Mas, na universidade – era do que estávamos a falar – nós não aprendíamos história para além do século XVII. Eu posso dizer que a única altura em que ouvi falar do século XIX no contexto do ensino universitário – claro que o mesmo não sucedia na aprendizagem que tínhamos fora da universidade e nessa altura debatíamos muito todas as questões da atualidade –, foi no seminário final do curso, em que aprendíamos a investigar, tendo como objetivo a realização de uma tese, a tese de licenciatura. O seminário que me foi lecionado (havia vários seminários a funcionar em simultâneo, de que escolhíamos um), pelo professor Silva Dias, ainda hoje é considerado uma espécie de símbolo histórico, porque foi o primeiro seminário lecionado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e mesmo em outras universidades – de resto, no meu tempo o curso de História só existia em Coimbra e na Universidade de Lisboa –, sobre a temática do século XIX. Nesse seminário, pela primeira vez, foram abordadas as questões do Liberalismo e da Contra-Revolução antiliberal.

Mas devo acrescentar-lhe mais uma observação. A única cadeira, e era uma cadeira semestral (normalmente as disciplinas eram anuais) onde ouvimos falar do marxismo foi, curiosamente, na de História do Brasil. Era uma cadeira obrigatória, não era opcional. No meu tempo foi lecionada por um professor de Literatura, Guilhermino César, que, no entanto, nos en-

sinava História do Brasil de uma forma muito aliciante. Mais tarde fui encontrá-lo, nas minhas viagens de trabalho ao Brasil, já bastante idoso, mas ainda muito lúcido, em Porto Alegre. Líamos para essa disciplina Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda.

RL: *Raízes do Brasil* e *História Econômica do Brasil*?

LRT: Exatamente. E nós, de alguma maneira, nessa pequena história do Brasil, digo “pequena” porque realmente não era uma cadeira anual, púnhamos um pouco em confronto uma história... “política”, digamos assim, “acontecimental”, narrativa, com uma história interpretativa e até marxista. A primeira visão que nós temos de uma história social, interpretativa, mais teórica e menos narrativista, foi, portanto, através da cadeira de História do Brasil, ministrada por um homem da literatura, Guilhermino César.

RL: O livro *História Econômica do Brasil* era editado em Portugal?

LRT: Não, era editada cá. Ainda o tenho na minha biblioteca a obra *História Econômica do Brasil*, numa edição da Brasiliense, dos anos 60. Por aí entrava o marxismo, era uma das “aberturas” que nós tínhamos.

Mas, para além dessa questão do marxismo, eu diria que, no meu curso, tive quatro ou... cinco “aberturas”, que me levaram a pensar na história de “outro modo”, diferente da generalidade do curso formal:

1. A maneira como era dada a Teoria da História. O Professor Sílvio Lima não era propriamente um historiador, estava mais ligado à Psicologia e à Pedagogia. Tem ensaios de grande significado, ainda hoje referidos, como o *Ensaio sobre a essência do ensaio*. Quando foi apresentado o meu último livro, *Estados Novos, Estado Novo*, o professor Fernando Castroga disse que no meu livro se notava uma certa influência do caráter ensaístico do professor Sílvio Lima. E eu aceito que sim. Como do professor Joaquim Carvalho, que nunca foi meu professor, pois morreu em 1958. Mas era uma daquelas figuras emblemáticas, para além de ser um homem da oposição ao Estado Novo. Um mestre que citávamos sempre nas nossas conversas, embora nunca fosse muito estudado diretamente. Numa palavra, era uma imagem para nós.

2. A metodologia de ensino em História do Brasil, pelo Professor Guilhermino César.

3. As matérias e a forma como eram lecionadas as cadeiras de História da Cultura, nomeadamente pela professora Maria Helena Rocha Pereira e pelo Professor Silva Dias.

4. Algumas cadeiras opcionais de Filosofia que freqüentei, nomeadamente as que eram lecionadas pelo professor Miguel Batista Pereira.

5. A orientação da investigação em História Contemporânea, pelo mesmo professor Silva Dias, no seminário final da licenciatura.

RL: O curso terminou em que ano?

LRT: O meu curso terminou em 1965, tendo depois entregue e defendido a tese de licenciatura em 1966. Eram cinco anos de curso e um (porque ninguém terminava a parte curricular e a tese nos cinco anos do curso) para a tese. A minha tese de licenciatura foi sobre o Tradicionalismo e a Contra-Revolução no século XIX. Daí o fato de eu ter vindo depois a estudar o Estado Novo, dado que os salazaristas se formaram na escola do tradicionalismo e do integralismo. Analisei, mais concretamente, o pensamento contra-revolucionário e antiliberal do mais interessante teórico dessa geração tradicionalista, que era José da Gama e Castro, o qual, curiosamente, esteve aqui no Brasil e aqui editou livros. De resto, o seu livro mais importante, *O Novo Príncipe*, foi editado no Rio de Janeiro em 1841. A minha tese de licenciatura foi publicada, depois de revista, em 1973. Foi o meu primeiro livro. Como vê, já vou ficando velho, ainda que o não sinta muito...

Na altura da discussão da tese de licenciatura, tínhamos uma banca (nós dizemos um “júri”), um pouco parecida com uma banca de mestrado de hoje nas nossas universidades, ainda que mais extensa, pois atualmente nos mestrados portugueses estão em geral três professores, enquanto na banca da licenciatura estavam presentes os mais antigos professores do curso. Era então que se atribuía não só a classificação da tese, mas do curso, que resultava de uma média das notas das disciplinas e da tese, para além de se discutir a valia do aluno. A minha classificação final foi de 16 valores (em 20) e a da tese 18 valores (também em 20). Era, modéstia à parte, uma excelente classificação para o tempo. Devo acrescentar que, quando eu vim para a banca, já estava a cumprir serviço militar em Mafra, na Escola Prática de Infantaria. A nossa guerra colonial começou em 1961 e poucos escapavam a essa fatalidade – ir, de um modo ou de outro, cumprir serviço militar na guerra colonial, ou “campanhas ultramarinas”, como se dizia a título oficial, era então uma fatalidade.

RL: O serviço militar era obrigatório?

LRT: Obrigatório? Naquela altura era mais do que obrigatório: era quase uma imposição. Era entendido pelo Estado Novo como “um dever

e uma obrigação ao serviço da Pátria”. Quase ninguém ficava livre do serviço militar, tendo em conta que estávamos em época de guerra. A guerra começara em Angola e na Índia, depois continuara em Moçambique e finalmente na Guiné. É um período inicial (que se vai agudizando posteriormente, até 1974) de 1961 a 1964, tendo as possessões portuguesas da Índia caído logo em 1961, pela invasão dos territórios de Goa, Damão e Diu, pela União Indiana.

RL: Depois da tese, o serviço militar.

LRT: Eu diria que foi o serviço militar primeiro, pois foi então que eu vim discutir a tese. Acabei a tese antes de ir para o serviço militar, em julho de 1966, mas só a vim defender em outubro. Foi assim: em 1965-66, fui professor no ensino secundário, tendo lecionado num colégio em Anadia, que é uma pequena cidade a cerca 30 quilômetros de Coimbra. Foi aí – no meio de grandes angústias e com muito trabalho escolar (morreu um irmão meu com 27 anos e estava a dar aulas a todas as séries do secundário) que escrevi a minha tese. Em agosto, casei-me pela primeira vez (mais tarde a minha primeira mulher morreu, muito nova, com 36 anos), em setembro fui para o serviço militar e em outubro, como disse, fui defender a minha tese de licenciatura. Foi um período da minha vida bastante complicado, como pode calcular.

Fui para ultramar depois de ter casado... cerca um ano e meio depois, em janeiro de 1967. Já tinha um filho, o meu filho mais velho, atualmente professor de História no ensino secundário e historiador também (publicou a sua tese de mestrado, que é o único estudo de historiador sobre Fátima, como lugar de “aparições”).

RL: E foi quanto tempo na guerra?

LRT: Dois anos, dois anos na Guiné. Era o nosso pequeno Vietnã. Realmente era complicado, muito complicado.

RL: E a volta?

LRT: O meu regresso... Eu estava para ir como assistente para a Universidade de Angola. O meu antigo diretor de tese, o professor Silva Dias, a que há pouco me referi, tinha-me proposto ir ensinar na Universidade de Angola, uma universidade organizada recentemente, cuja secção de Letras funcionava em Sá da Bandeira, Lubango, depois da independência. Aceitei. Curiosamente o meu primeiro artigo foi publicado numa revista da Universidade de Angola, chamada *Estudos de Humanidades*, em 1970. Só depois, em 1973, é que foi publicada a tese de licenciatura.

Mas nunca cheguei a ir para Angola porque, entretanto, fui convidado para ingressar na Universidade de Coimbra (nessa altura, entrava-se na universidade por convite e não por concurso). Como já tinha vindo da Guiné, que tinha um clima equatorial (digamos assim), e eu já estava um pouco cansado da África, apesar da nostalgia que ainda hoje tenho por esse continente, aceitei e fiquei. Entrei na faculdade em março de 1970 como assistente, sempre subordinado a um orientador, que era o professor Silva Dias (era essa a lógica das universidades nesse tempo). E, curiosamente, não fui trabalhar em História Contemporânea. O professor Silva Dias estava a tentar iniciar a recomposição do Departamento de História (que não se chamava departamento, mas sim Grupo de História). Aliás, as cadeiras de História da Cultura em que me integrei estavam ligadas ao Grupo de Filosofia. Criou primeiramente aquilo que se chamou “Seminário de Cultura Portuguesa”, “seminário” no sentido genérico da palavra (de *semen*, semente), na perspectiva de ser um ponto de partida para a investigação sobre cultura portuguesa, que depois deu origem ao Instituto de História e Teoria da Ideias. Então achou que alguém como eu – que era o mais antigo, depois de um colega que se dedicou mais especificamente à História da Filosofia – tinha que preencher a parte da época moderna, nomeadamente o século XVII (Silva Dias era fundamentalmente especialista no século XVI) e eu fui trabalhar sobre a Restauração, o nosso movimento de independência em relação à Espanha, que se verifica à roda de 1640. A minha tese de doutoramento, que apresentei em 1978, chamava-se *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração* e foi publicada em 1981-82. Portanto, era sobre o pensamento político no século XVII.

Só mais tarde é que eu regresssei outra vez à Época Contemporânea, ao período liberal, e, depois, já eu era diretor do Instituto da História e Teoria das Ideias – entretanto o professor Silva Dias veio para a Universidade Nova de Lisboa –, ao século XX, porque havia necessidade de alguém ocupar esse espaço da época contemporânea, nomeadamente para trabalhar o período salazarista, que poucos ainda estudavam e que atraía o interesse dos estudantes. Os colegas de Lisboa já haviam começado a trabalhar nessa área e eu então acabei por aceitar dedicar-me a ela, por interesse, mas também, por razões, digamos, “institucionais”. E, realmente, como digo nesse meu livro que agora publiquei e de que dei um exemplar à Universidade Federal do Ceará, intitulado *Estados Novos, Estado*

Novo, ele é o resultado de mais de 20 anos de história do Estado Novo que eu pratiquei, embora se tivesse verificado, entretanto, a publicação de outros livros sobre o tema (sobre as questões da memória e do ensino da História, sobre a universidade salazarista e sobre o cinema) e sobre outros temas a que também me dediquei.

RL: Até então, digamos assim, não existiam teses sobre o Estado Novo?

LRT: Ora bem, aquilo que eu posso dizer é o seguinte: A história do Estado Novo, entendida como “historiografia científica”, só praticamente começou a realizar-se a partir de 1974 (o ano da nossa revolução do “25 de abril”) ou um pouco antes. Havia alguns historiadores que tinham feito os seus cursos no estrangeiro, nomeadamente em França, que começaram a trabalhar sobre o Estado Novo. Eu costumo dizer que uma obra-marco foi a de Manuel de Lucena, sociólogo, apresentada em 1972. Trata-se de um “trabalho de fim de curso” em Ciências do Trabalho, que se chama *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, com dois volumes, um sobre o “salazarismo” e outro sobre o “marcelismo” (de Marcello Caetano, que sucedeu a Salazar em 1968 e que veio para o Brasil depois de 1974, onde morreu). Esse estudo tem o seu significado histórico, tendo sido publicado em 1976. Assim como o seminário do professor Silva Dias sobre Liberalismo/Contra-Revolução, de 1964-65, tem um significado histórico, pois marca o início da investigação universitária em história contemporânea, do século XIX, o estudo de Lucena marca propriamente o início da investigação sobre o Estado Novo. Por isso, é uma obra que, para além de esgotada, não se encontra mesmo em algumas bibliotecas de referência. Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, por exemplo, não existe, embora exista numa outra biblioteca da universidade. Eu tenho-a completa, mas é freqüente surgir o segundo volume e não o primeiro. Também é interessante notar que os trabalhos que se começaram a fazer de algum relevo sobre o Estado Novo não eram tanto de historiadores – porque os historiadores ainda tinham essa formação tradicional –, mas eram mais de sociólogos. Mesmo um dos historiadores mais significativos que estuda o Estado Novo, o professor Fernando Rosas, que veio a fazer a sua tese de mestrado e, depois, a sua tese de doutoramento, nos anos 80-90, na área da História Económica, era formado em Direito. Quer dizer, os historiadores de formação inicial demoraram a chegar à história do Estado Novo. Eu, de resto, chamo a atenção

disso no meu livro *Estados Novos, Estado Novo*, com algum desenvolvimento, num anexo sobre a história da História do Estado Novo.

RL: Houve, a partir dos anos 60, uma grande renovação da História, com a influência francesa, história das mentalidades, história do cotidiano, história das coisas banais... Como é que o senhor percebe essa fragmentação, que François Dosse chamou de “história em migalhas”? É mesmo uma fragmentação ou uma reestruturação?

LRT: Ora bem, eu vou dividir a resposta em duas partes. O que aconteceu em Portugal e o que posso pensar sobre um dos problemas que pôs. Acerca do que sucedeu em Portugal, eu devo dizer que essa área da História do Cotidiano, feita de pequenas histórias, não é uma área muito desenvolvida entre nós. Quando, há dias, houve a apresentação dos vossos alunos do mestrado e dos seus temas de trabalho, ouvi falar de estudos, por exemplo, sobre temas da história da população e da história das imagens e das representações religiosas, constatei e chamei a atenção exatamente para isso, ou seja, que – apesar da importância que tiveram os estudos demográficos, inseridos numa lógica quantitativa – a historiografia brasileira avançou, nessa área, mais do que a nossa. A História em Portugal, a historiografia em Portugal, melhor dizendo, foi muito mais uma historiografia que procurou refletir sobre os grandes acontecimentos, as grandes realidades, as grandes culturas. Não foi uma historiografia integrada nessa segunda fase da *nouvelle histoire*, que se dedicou exatamente à história dos gêneros ou à história do cotidiano.

Não quer dizer com isto que não haja, hoje, alguns historiadores que se dedicam a essas temáticas e há na minha faculdade alguns investigadores que se dedicam à história dos hospitais, à história da assistência, à história da mulher. Nós, nesse aspecto, até fomos pioneiros porque o primeiro grande congresso sobre História da Mulher realizou-se em Coimbra e em Lisboa publica-se uma revista que tem como título *As faces de Eva*. Portanto, não quero dizer que não se tenha realmente trabalhado sobre estas áreas. O que não posso é afirmar que sejam áreas de eleição dos nossos historiadores. Ao nível, por exemplo, do Estado Novo, esse tipo de temática tem interessado alguns antropólogos, sociólogos, sobretudo sociólogos do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, que publica a importante revista *Análise Social*. Mas não tem interessado tanto os historiadores. Quer dizer, os historiadores têm-se interessado muito mais por análises de tipo documental sobre as grandes estruturas económicas, sobre as

grandes estruturas políticas, sobre as grandes estruturas culturais, ao nível da história das idéias etc.

RL: História das idéias, mas não história das mentalidades...

LRT: Exatamente, não tanto história das mentalidades. Voltando à minha resposta inicial, ela tinha que ser dividida em duas partes. Na primeira parte, eu procurei fazer um juízo de análise objetiva da realidade historiográfica. No estudo de história da historiografia que anexeii ao meu livro *Estados Novos, Estado Novo*, pode verificar-se que, na verdade, os historiadores não se dedicam particularmente à área que se convencionou chamar “história das mentalidades”. Sublinhando um exemplo, os problemas acerca da representação religiosa, tão ao vosso gosto, tendo em conta o significado que têm as crenças religiosas na vida do povo brasileiro, não têm preocupado particularmente os nossos historiadores. O livro de que lhe falei sobre as “aparições de Fátima” e alguns estudos de outros autores, como José Barreto, não têm sido freqüentes. Quando muito surgem em histórias locais, nem sempre feitas por historiadores e mais com um sentido descritivo do que com uma intenção interpretativa.

Falemos agora de outro modo, referindo-nos à segunda parte da minha resposta. Num juízo de valor, eu penso que a História... a história do cotidiano, a história de gênero, a história de representações e de pequenos movimentos sociais, a “história em migalhas”... é uma história que se deve fazer. É muito importante que se faça. No entanto, se sou contra uma “história estruturalista”, entendo que é também fundamental fazer uma história que visa grandes temáticas, não esquecendo o relevo que deve ser dado à história militar, à história biográfica (nunca confundida com uma certa “hagiografia”, tipo “história de Heróis, de Mártires e de Santos”) à história política e das relações internacionais, à história da cultura, à história das instituições... O que eu queria sobretudo sublinhar é que o interesse que há em se fazer um estudo de história local, história regional, história das representações religiosas, história do cotidiano, da chamada história de gêneros (que por vezes se tornou uma moda), não nos podem nem nos devem afastar de uma história estrutural. Na conferência que fiz no auditório principal da vossa universidade, eu lamentei que não houvesse no Brasil historiadores dedicados a temas clássicos na Europa, como a história das universidades, que é um tema base para se entender a questão da história da cultura brasileira. Como é que surge a universidade no Brasil? Como é que, antes de haver universidades, havia

ensino superior? Como é que aparece a proliferação das universidades federais nos vários Estados? Como é que surgem e por que as universidades privadas? Qual a motivação das universidades privadas? São fundamentalmente mercantis, há um mercantilismo próprio das universidades privadas, e quais são aquelas que conseguem ultrapassar uma lógica mercantil? Note-se que esse mercantilismo está a destruir as universidades da Europa, numa lógica de “universidades rentáveis” e “competitivas”.

RL: Como é que surgiu o seu esse interesse pela história da universidade? É um interesse recente?

LRT: Não é um interesse recente. Eu até diria o seguinte: num determinado momento, houve uma dúvida profunda que surgiu no meu espírito, se eu me deveria dedicar mais à história do Estado Novo ou à História da Universidade. Na minha universidade, que é a mais antiga do país, uma universidade do final do século XIII, 1290, não havia propriamente um estudo da história da universidade em termos sistemáticos. Havia duas velhas histórias da universidade, uma feita por Teófilo Braga e outra, com um caráter comemoracionista e de divulgação, escrita por dois professores da minha Faculdade, Mário Brandão e Manuel Lopes de Almeida. Mas não havia um estudo sistemático e interpretativo da História da Universidade, sobretudo da universidade dos séculos XIX e XX. Só há pouco tempo surgiu uma nova *História da Universidade em Portugal*, editada pela Fundação Gulbenkian, que pretende chegar até aos dias de hoje, embora só se tenham publicado dois volumes, até ao século XVIII. Acabei por me inclinar para o Estado Novo porque havia alguns colegas a trabalhar na História da Universidade, sobretudo colegas medievalistas e modernistas. Fiquei-me, pois, por alguns estudos setoriais e pela intervenção crítica em relação à universidade de hoje, que vive sob o “signo do processo de Bolonha”. Um dos meus livros, de 1999, chama-se *A Universidade e o Estado Novo*, no qual eu quis ver até que ponto a universidade teve uma ligação com o Estado Novo ou não e até que ponto a política do Estado Novo via a universidade como um seu “aparelho”. Por conseguinte, a História da Universidade foi uma preocupação que eu tive desde há muito. Inclusivamente procurei num longo artigo, de cerca de 100 páginas, publicado há mais de 15 anos, decodificar os rituais académicos. Intitula-se significativamente “*Quid Petis?* Os doutoramentos na Universidade de Coimbra” (*Quid petis?* é pergunta sacramental do reitor ao conceder a “honra” do grau académico), pergunta que, não por acaso, o reitor

da Universidade de Coimbra fez a muitos dos presidentes do Brasil. A muitos, mas não a todos. Nada se passa por acaso.

RL: Seria uma pequena história, uma história em migalhas?

LRT: Sim, em parte é uma “história em migalhas”. De qualquer forma, é uma “história em migalhas” que, do ponto de vista institucional e político-cultural, é muito significativa. Na conferência que proferi, tentei explicar que o surgir ou o ressurgir dos rituais acompanha mais ou menos as ondas políticas. Há períodos de movimentos políticos mais de “esquerda”, em que os rituais são subvalorizados, destruídos ou praticamente esquecidos, e quando aparecem movimentos mais à “direita” são recuperados. Como sugeri, alguns dos presidentes do Brasil são doutores *honoris causa*: Sarney, por exemplo, Kubitschek de Oliveira... Tancredo Neves chegou a ser doutorado *honoris causa*, embora acabasse, infelizmente, por não ser investido na Presidência do Brasil. Mas houve o bom senso de não se doutorarem *honoris causa* os militares da ditadura... Mas Franco foi doutorado pela Faculdade de Direito em 1949!

RL: Lembrando a sua palestra de hoje de manhã, é possível pensar a existência de universidades privadas? Uma universidade não teria que ser necessariamente pública?

LRT: Há quem recuse essa idéia de que há “universidades privadas”, embora com uma segunda intenção, como pode calcular, porque dizem que a universidade é sempre *pública*, mesmo sendo privada. A diferença existente seria sim entre as “universidades do Estado” e as “universidades que não são do Estado” (de sociedades, fundações, igrejas etc.). Ou seja, seriam privativas, no sentido da propriedade, apesar do objetivo ser *público, social*. Bem, eu acho que tudo isso é uma questão meramente retórica. Seja como for, penso que o objetivo da universidade tem de ser sempre *público*, seja ela privada ou não. Mas, na verdade, o que acontece, do meu ponto de vista, é que as universidades privadas são normalmente universidades “empresariais”, que têm objetivos de rentabilidade. Isso sucede mesmo com as universidades católicas. Em Portugal só há uma Universidade Católica, embora com vários pólos, e, pessoalmente, considero que a Universidade Católica está sempre preocupada com a rentabilidade de seus próprios cursos e desses pólos, de tal maneira que quase terminou com alguns pólos regionais, exatamente porque não eram rentáveis. E até despediu professores e despediu-os não da melhor maneira. Então não vamos pensar que, mesmo sendo universidades católicas,

obedecem a ideais muito perfeitos de solidariedade cristã. Isso demonstra, do meu ponto de vista, que as universidades privadas, muitas vezes, sacrificam o seu objetivo fundamental, que é a ciência, o ensino e a difusão da cultura, numa perspectiva social, em favor de objetivos de natureza econômica. E há universidades que entraram em processo de falência e foram, inclusivamente, algumas delas, acusadas de processos de profunda incorreção e fraude, tendo havido até responsáveis que foram julgados em tribunais. Logo, podemos dizer que, de alguma maneira, há uma certa crise de algumas universidades privadas em Portugal e, curiosa e contraditoriamente, há uma certa lógica de “privatização” do ensino público ou, se quisermos, das universidades do Estado. Para iniciar esse processo, tentou-se transformar as “universidades públicas” em “fundações”, um pouco para desvincular o Estado do processo de financiamento constante, regular, natural. A idéia é que as universidades estejam entre o “público” e o “privado”, e algumas universidades aceitaram esse desafio. É o caso da Universidade do Porto, que é uma grande universidade, e da Universidade de Aveiro, que é uma universidade de uma dimensão mais pequena e que teve um sentido funcional. Não sabemos os resultados disto. Todavia, deve assinalar-se que a maioria das universidades, como de Coimbra ou as de Lisboa, mantêm o seu estatuto “público”. No entanto, o certo é que há uma verdadeira atração pela prática da “Universidade-Empresa” (*Entrepreneurial University*), à maneira americana. Aqui no Brasil ainda não se terá sentido verdadeiramente essa tendência nas universidades federais e estaduais, mas poderá ser que um dia tal suceda. Todos devem estar preparados.

RL: Nesse sentido, entra-se na lógica de mercado, há um comprometimento corrosivo na produção do saber...

LRT: Eu penso que o comprometimento da produção do saber existe há muito, com uma promiscuidade entre o “público” e o “privado”. Há muito que há professores de universidades públicas que o são também de universidades privadas. Chegou-se a falar em Portugal, ironicamente, dos “professores turbo”. E, de alguma maneira, quando são professores de universidades privadas têm um compromisso de nível empresarial, diferente do seu comportamento nas universidades públicas.

RL: A aula na universidade pública é, portanto, diferente da universidade privada...

LRT: Sobretudo os resultados, a avaliação dos alunos, em termos de passagens e de classificações, que são claramente diferente das públicas.

Houve acusações claras desse gênero, ainda que só se levantaram processos quando os casos atingiram certos limites demasiado escandalosos. Num sistema neoliberal o Estado tende a intervir pouco, como sabe, e o Ministério da Educação – quando se estendia ao ensino superior, dado que agora há um Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – muito pouco intervinha e até se podia dizer que ajudou o ensino superior privado a dinamizar-se, sem regras e sem condições minimamente exigíveis, mesmo que professores experimentados e que deram a vida para ensinar na universidade pública chamassem a atenção para os erros que estavam a ser cometidos.

RL: No final do seu livro *Estados Novos, Estado Novo*, há uma reflexão muito interessante sobre a realização da pesquisa e na universidade. A universidade, hoje, através de relatórios de uma estrutura burocrática, vai matando a própria criatividade do pesquisador. Eu gostaria que o senhor falasse mais sobre isso. O que está acontecendo? A universidade sempre foi burocrática? Sua estrutura já carregava essa predisposição para ter fome de formulários?

LRT: Pessoalmente entendo que a universidade também tem essa predisposição. Já o dizia o professor Joaquim de Carvalho, em 8 de novembro de 1933, num texto extremamente atual, num artigo do jornal *Diário Liberal*, “Reflexões Outonais sobre a Universidade de Todo Ano”. Carvalho salienta a falta de tempo dos professores para a investigação e até para a preparação de aulas, a ponto de não lhes poderem dar a profundidade que mereciam e os estudantes pensarem que a Ciência (nesse caso a História) era algo de fácil, uma espécie de fruta madura, pronta a comer, que facilmente se poderia tirar da árvore. E, pelo contrário, acrescentava o Mestre, a Ciência é algo de entusiasmante e de penoso, sobretudo quando falta o tempo, que é aquilo que de mais importante existe. Ora bem, o que hoje penso é que há uma carga burocrática, uma carga administrativa particularmente pesada, bem como uma organização curricular que obriga os professores a dar muitas aulas. Esta não é uma crítica meramente pessoal, que sou português da Universidade de Coimbra, eu que até estou afastado do ensino, estou aposentado e tive tempo para investigar, dado que vivi uma universidade ainda assim diferente. Em dois textos recentes que escrevi, um publicado na revista on-line *Intellectus*, da UERJ, “A Universidade entre a Tradição e a Modernidade”, e outro que constitui um dos “Cadernos do CEIS20” (CEIS20 é a sigla do Centro de

que faço parte e que ajudei a fundar: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra), intitulado “A Universidade e as ‘Condições’ da Imaginação”, apresento, desenvolvidamente, essa reflexão, evocando autores prestigiados de todos os países, seja de Portugal, seja de França (Christophe Charle, que é um grande historiador da Universidade de Paris I, tem um texto extremamente polêmico em relação à universidade francesa de hoje), seja de Inglaterra ou da Alemanha. As críticas multiplicam-se, mas o “sistema” mantém-se. Não há dúvida nenhuma de que existe um “sistema” montado a nível internacional e global, quer em termos de organização pedagógica e curricular, quer em termos de organização administrativa, sobretudo de organização financeira, que provoca toda uma burocracia que, na verdade, mata as capacidades dos professores, mata até a própria imaginação. O professor tem que ser imaginativo, tem que ter tempo para criar e para investigar. E isto é uma realidade inexistente. Hoje todos se queixam disso, em toda a Europa e, provavelmente, sucederá o mesmo no Brasil. A avaliação das universidades e dos centros de pesquisa é para mim uma necessidade, mas haverá formas mais baratas de a realizar do que com equipas internacionais por vezes formadas por professores ou investigadores que não conhecem as realidades (alguns nem sequer têm um verdadeiro *curriculum* de investigadores ou de professores). Vive-se num tempo em que há o vício de tudo avaliar, de tudo quantificar, sem se olhar tanto à qualidade do trabalho realizado, cujos conteúdos muitas vezes até se desconhece.

RL: É uma equipa internacional, de avaliação?

LRT: São, com efeito, equipas internacionais que avaliam centros de pesquisa e universidades. Gostaria de esclarecer, entre parênteses, que eu fui coordenador da primeira equipa que se formou em Portugal para avaliar os centros de História e fiz parte da primeira equipa que avaliou os cursos de História nas várias universidades (“públicas”, pois as particulares estavam fora deste circuito de avaliação estatal). Ao dizer isto, fica muito claro que realmente eu estive por dentro dessas questões. Agora, depois de ter feito parte destas duas avaliações, eu fiz uma reflexão sobre isto e sobre o efeito dos resultados da avaliação. E, se continuo a entender que a avaliação é necessária, desde que seja entendida de forma correta, pelo que é preciso que se aperfeiçoe, não considero que a internacionalidade da investigação e da universidade se esgote ali, nem entendo que seja essa a forma mais significativa de internacionalização, pois está

no fim da linha. É muito mais importante para a pesquisa a troca de experiências, ainda que haja hoje um “turismo científico (ou pseudocientífico)” – por vezes de investigadores que pouco investigaram e que nem têm tempo para o fazer – que também não corresponde ao rumo certo e deparamos, muitas vezes, com situações que nos deixam profundamente céticos relativamente ao rumo dessa internacionalização. Por exemplo, se uma universidade portuguesa precisar de um professor brasileiro para ir argüir uma tese de doutoramento sobre um tema brasileiro, não há dinheiro para financiar a sua vinda. E o mesmo se passa ao contrário, pelo que se verificam na vizinha Espanha casos aberrantes de teses que são feitas sobre temas portugueses que não tiveram sequer um português especialista no respectivo tema. Já me tenho recusado a ir a universidades estrangeiras argüir teses sobre temas em que sou especialista porque, devido à falta de dinheiro ou à burocracia, me obrigavam, pelo menos, a pagar todas as despesas antecipadamente.

RL: E como funciona essa avaliação?

LRT: Há um *ranking* internacional promovido por uma agência internacional sediada no Reino Unido, que avalia as universidades de todo o mundo ou, pelo menos, segundo julgo, aquelas que querem submeter-se a essa avaliação. Por exemplo, no último *ranking*, referente a 2008, a USP estava entre as 200 melhores universidades do mundo, mais precisamente em 196°. Pode ver isso através da *Internet*, olhando o *site* da *Times Higher Education*. Coimbra – segundo informação dos jornais – atingiu o 366°, sendo a melhor universidade portuguesa, e a Espanha só tem entre as 200 melhores a Universidade de Barcelona, em 186°. Tudo isso vale o que vale. Não devemos deixar de olhar esses *rankings*, mas sempre com algum espírito crítico.

RL: Mas, especificamente em Portugal, como se processa a avaliação?

LRT: Ela tem já mais de uma década, tendo eu feito parte do primeiro Conselho de Avaliação dos cursos de História, salvo erro, em 1998. Nessa altura eram quase só elementos portugueses que o formava, com exceção de um holandês, que igualmente o constituía. Havia uma classificação, tipo “excelente”, “muito bom”, “bom”, “suficiente”... (tudo isto dito em inglês – *excellent, very good, good, fair*... – que se tornou o latim dos nossos dias) e vários relatórios, um para cada curso e outro geral.

Hoje as regras já são outras, pois constituiu-se a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, que – segundo parece, pela críticas

que surgem nos jornais – tem atrasado todo o procedimento da avaliação, que se deve realizar de cinco em cinco anos. A avaliação é feita por “peritos”, sendo grande parte deles estrangeiros. O mesmo se passa com os centros de investigação e os laboratórios associados (que são unidades de pesquisa com um outro tipo de organização, mais complexa), sistema que conheço melhor, dado o fato de pertencer a um centro. No entanto, essa avaliação não cria propriamente um *ranking*, mas conduz a um certo tipo de financiamento relativo a cada uma das classificações. Por exemplo, o centro de que faço parte tem a classificação de *very good* e isso tem resultados em termos de financiamento concedido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) por doutorado, dado que só os doutores contam para esse efeito.

Entendo que muito há a corrigir e julgo que há critérios de cálculo que chegam a ser ridículos para algumas das ciências, apenas porque há uma certa lógica de internacionalismo que se adequa a um “sistema”, pensado para todas as ciências e por equipas internacionais que funcionam como fadoras de esquemas nem sempre credíveis. Por exemplo, um curso de uma universidade, ou uma unidade de investigação, pode ser valorizado se os seus membros têm os artigos citados em várias revistas, de acordo com uma base de dados internacional. Há colegas meus que não se dedicam muito à História em si, mas como realmente se dedicam, por exemplo, ao ensino de História ou ao sentido prático da História (hoje a “utilidade” e a “rentabilidade” são consideradas os grandes valores numa sociedade neoliberal) são mais citados do que aqueles que propriamente investigam História, até porque os textos daqueles são escritos em inglês e, por isso, são citados em revistas de língua inglesa, quase as únicas que interessa observar. É uma espécie de mundo do “espetáculo” e das *performances*... Tudo isto nos leva a pensar que algo de essencial está mal e que existe uma certa dependência relativa a valores e instituições internacionais que nada têm com a ciência, com a cultura e com o espírito crítico, que deve ser um dos valores fundamentais da *Escola*. Por exemplo um relatório da OCDE (*Organisation for Economic Co-Operation and Development*, que é uma organização essencialmente económica), sobre o ensino português ou, mais especificamente, sobre as universidades, ou da União Europeia (que não perdeu ainda a memória da sua origem pragmática, de CEE), realizado por “peritos” internacionais, que não são portugueses e nem sempre sabem alguma coisa sobre a realidade portuguesa, faz correr

rios de tinta nos jornais, servindo aos interesses do governo ou da oposição, dos ministérios ou das escolas, para justificar teses otimistas ou pessimistas. Ou seja, deixam todos à beira de um ataque de nervos...

RL: A avaliação, portanto, é condicionada por fatores de natureza numérica.

LRT: Sim, em muitos casos valoriza-se mais a quantidade de artigos (sobretudo se forem publicados em inglês e em revistas de língua inglesa) do que a sua qualidade, e mesmo a quantidade das citações, assim como a quantidade da presença em congressos, sobretudo no estrangeiro etc. E o que é grave é que esta lógica está a passar para a avaliação dos docentes em provas de agregação (a prova máxima que se segue ao doutoramento) e, sobretudo, em concursos públicos para atingir os graus mais elevados da carreira.

RL: Mas, por exemplo: um artigo citado cinco vezes. Mas se forem cinco citações para criticar, exatamente, os cinco artigos?

LRT: Bem [risos]... Normalmente, quando são citados, não é para criticá-los. Mas há a fixação em fatores que são mais formais do que de conteúdo. Há algum tempo, um colega nosso de uma área científica que não é a nossa e que não quero aqui citar (vale mais o exemplo do que a crítica pessoal, pois não se trata disso) orgulhava-se na Comunicação Social de ter escrito o artigo mais citado do mundo na sua área. Todavia, outros colegas da sua área não avaliavam do mesmo modo o seu trabalho como investigador na área científica fundamental. Ele não era propriamente um grande investigador científico, mas na divulgação da investigação pela via pedagógico-didática...

RL: Esses modelos de avaliação parecem fazer mais sentido para as ciências exatas e naturais, que trabalham com um sentido mais universal...

LRT: Com certeza. Por isso, aí faz mais sentido que os artigos sejam escritos numa língua mais conhecida (à falta do esperanto, que não teve qualquer sucesso, que seja o inglês, como já foi o francês e, antes, o latim). Além disso, é sem dúvida nenhuma mais fácil escrever um artigo em inglês sobre Física, Química ou Matemática. A História, na sua generalidade ou regionalidade, do Brasil ou de Portugal ou de outro país qualquer, é mais difícil de traduzir, porque a nossa escrita tem um sentido mais "literário". O que não significa que não possamos ou não devemos escrever os nossos artigos (alguns deles, pelo menos) em inglês se vamos a um congresso num país estrangeiro, sobretudo de língua inglesa. Mas o certo

é que um artigo desses é, sem dúvida, de tipo mais divulgativo do que um artigo complexo que escrevemos em português. O certo é que se esquece que a História (quando entendida como realidade científica) é uma das ciências mais complexas, ao nível da investigação, da interpretação e da escrita.

O que não aceito, pois, é que comece a haver uma espécie de obrigação em escrever em inglês, mesmo que se trate de um artigo muito simples e sem significado, só porque se sabe que poderá ser lido no estrangeiro e citado, de modo que passe a constar das bases de dados internacionais. Como não se entende que não haja um certo esforço para que um estrangeiro, nomeadamente um inglês ou um americano ou um francês, não procure estudar minimamente o português ou o espanhol, no caso, em especial, de se interessar pela nossa história ou por aquilo que ela tem de significado universal, para o bem ou para o mal.

Posso dar alguns exemplos. Tive um orientando alemão que trabalhava sobre temas portugueses, que me pedia sempre para falar com ele em inglês, quando com ele me encontrava, o que recusei; um grande historiador inglês do nazismo pediu-me desculpa de não assistir a uma conferência que proferi na Inglaterra, na sua universidade, sobre o Estado Novo de Salazar (na sua relação com a política internacional britânica), porque proferia a conferência em francês; os livros de historiadores estrangeiros sobre o nosso Estado Novo são geralmente de má qualidade porque os historiadores estrangeiros só lêem os textos na sua própria língua e não se traduzem obras de referência, mas apenas obras pequenas de divulgação. Um centro de História Contemporânea que existe em Paris, para o qual começamos, por interesse de investigação, a enviar uma das nossas revistas, solicitou que não a remetêssemos, porque não entendiam o português. Os nossos colegas espanhóis (não falo dos galegos, evidentemente), por razões fonéticas, não compreendem o português... Ou seja, a questão do internacionalismo, sobretudo nas ciências sociais e nas humanidades, está ferida de morte, devido à falta de compreensão das línguas ou mesmo à ausência do simples desejo de as entender, até no que diz respeito a sua leitura. Entretanto, investigadores de países como Portugal (e certamente como o Brasil) procuram conhecer e ler textos em várias línguas e até as nossas revistas consentem que se publiquem textos em francês, inglês, italiano, castelhano ou... alemão. Ou seja, o nosso internacionalismo foi sempre mais autêntico. Por isso o meu colega

Fernando Catroga, com a ironia e a inteligência que caracteriza as suas afirmações ou dúvidas, costuma dizer que a nossa historiografia é mais rica de enfoques do que muitas das historiografias de outros países, porque lemos os livros de História em diversas línguas, ainda que possamos ter alguma dificuldade em falar algumas.

RL: E, em Portugal, existem especialistas em preenchimento de relatório?

LRT: Claro! Existem especialistas em preenchimento de relatório, existem especialistas em avaliação, que podem não ser grandes investigadores.

Bem, concluamos a nossa conversa quanto a este aspecto: existe todo um mundo um pouco onírico e virtual que, com franqueza, eu olho com angústia. Entendo que pode e deve existir uma avaliação, não sou contra a avaliações (insisto). Agora, a avaliação não deve ser considerada como um valor supremo, digamos assim. E, por vezes, parece interessar menos a investigação que se faz e muito mais a avaliação, como seu quê de artificial. Estamos num tempo de avaliações, de auditorias e de estatísticas. Quase todos os meses, há uma auditoria às finanças do meu centro. E quem é que faz a auditoria das finanças? São empresas credenciadas, às quais se paga muito dinheiro, que seria muito mais necessário para a investigação, para efeitos de ensino. É o império dos gestores e da fiscalização por parte de outros gestores, apesar das empresas falirem cada vez mais. E o certo é que, como dizia há dias o meu colega António Nóvoa, reitor da Universidade de Lisboa, não há praticamente nenhum caso de universidade pública em que se diga que há professores que desviaram dinheiro para efeitos pessoais. Pelo contrário, há quase uma tradição entre nós de – como costume ironicamente dizer – “pagar para trabalhar”.

RL: Bem, uma última ou penúltima pergunta. Como o senhor avalia o uso do termo “História Oral”? Trata-se de uma área específica dentro da História?

LRT: Considero que a expressão não é feliz, porque não existe “história oral”, mas sim “fonte oral”, “fontes orais”. O historiador lida com fontes manuscritas, com fontes impressas, com fontes orais... Quando, efetivamente, falamos de História Oral, estamos a considerar que realmente a memória corresponde à História. Seria um sinónimo e obviamente não é. Quer dizer, o historiador vai fazendo a sua análise interpretativa em função das várias fontes de que dispõe, entre elas as fontes orais que, em certos caos, podem ser dominantes. Noutro dia, uma nossa colega das

Ciências da Educação perguntou-me: “Ah, então memória não faz parte da História?”. Pois claro que faz parte da História. História entendida ontologicamente, como uma realidade, como uma história vivida. Mas esta constatação não nos pode levar a pensar que realmente devemos fazer uma “História Oral” com base nas memórias... Se qualquer historiador se limitar a fazer um estudo das memórias como uma espécie de “registro”, não está a fazer História, está apenas a colecionar dados da memória. Como disse o meu colega José Mattoso, a História é “uma representação de representações”. A História está a representar sempre a “realidade”, que é já uma representação. E as fontes são as primeiras representações, sejam orais, sejam escritas, sejam manuscritas, sejam impressas, sejam os monumentos. O património edificado (porque há património não edificado, como a língua, instrumentos musicais, as canções, as lendas, as tradições...) é também uma forma de representação.

RL: Um retorno do marxismo, depois da onda relativista, onde tudo vale, seria saudável?

LRT: Ora bem, eu sempre fui contra o marxismo como “sistema”. Considero-me, utopicamente, como um socialista democrático. Como historiador – eu que estive em congressos na União Soviética – não aceito o marxismo como modelo que serve para interpretar dedutivamente a História. Nesses congressos – que foram quatro, dois na Rússia, Moscou e Leningrado (hoje São Petersburgo), e dois em Portugal, Lisboa e Porto – os nossos colegas soviéticos pegavam no modelo marxista e interpretavam a História sem fazer uma investigação histórica. A história tinha necessariamente de caber no modelo marxista...

RL: Faziam uma filosofia da História?

LRT: Sim, se entender por filosofia da história uma visão finalista, historicista, como o é uma certa filosofia da história cristã, comandada sempre pela Providência Divina. Por conseguinte, você pergunta-me se esse sistema de fazer e de interpretar a história é desejado. Então eu digo que não. Eu sempre o combati. Agora o que eu penso é que o marxismo é útil como uma das armas teóricas, como uma das reflexões teóricas de que nós nos podemos servir. Autores como Marx, Foucault, Althusser, Hanna Arendt, Karl Popper e tantos outros, de diversas maneiras de pensar, são importantes para a nossa cultura de historiadores, para a nossa teorização. Nós devemos ter, realmente, uma grande bagagem teórica e uma grande bagagem cultural, mas não devemos realmente criar modelos

de interpretação. Eu sou um historiador acima de tudo. Se me perguntarem que modelo de interpretação eu tenho, digo que *não tenho modelo nenhum*. Karl Marx tem alguma influência sobre mim: as leituras que fiz de Marx numa determinada altura da minha vida foram importantes. Como tiveram as leituras de Max Weber. São importantes, mas não como “modelos” – é essa a minha posição. A História é *um problema*. Repito, porque gostava que entendesse bem a minha posição: *a História, mais do que uma solução, é um problema*. Se analisar o meu último livro, se tiver paciência para ler algumas partes do meu livro de mais de 1.000 páginas, perceberá que estou sempre a problematizar... Fernando Catroga, que apresentou o meu livro em Coimbra, disse – concluiu com o que referi atrás – que fui influenciado pelo ensaísmo do professor Silva Lima, e eu concordei com a sua interpretação. Para mim a História é sempre *um constante problema*, consiste em *problematizar com objetividade*, fazendo uma interpretação com base numa investigação, que é imprescindível fazer, sob pena de não nos podermos considerar historiadores.